

ATA DA 342ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA
Realizada em 14 de agosto de 2017

Aos catorze dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, às catorze horas, foi realizada a trecentésima quadragésima segunda Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA - PE, na sua sede, localizada na Rua das Ninfas, 65, Boa Vista, Recife, PE. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros (as): Nelino José Azedo de Mendonça, titular da Secretaria de Educação; Gabriela Moura Otaviano de Souza e Danielli de Belli Claudino, titular e suplente do Gabinete do Governador; Arnaldo Sampaio, titular da Associação de Karatê Goju-Ryu de Pernambuco; Hemi Monique Vilas Boas de Andrade, titular do Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco – CIEE/PE; José Ricardo Oliveira e Natuch P. de Lira, titular e suplente do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC; Maria das Graças Barreto Gama de Oliveira, titular da Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão – SEPLAG; Solange Maria de Souza Loureiro, suplente da Secretaria Estadual de Saúde; José Rinaldo Carvalho da Silva, titular da Secretaria de Desenvolvimento Social- SDS; Eduardo Gomes de Figueiredo, titular da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos- SJDH; Mallon Francisco Felipe R. de Aragão e Tarciana S. Castelo Branco, titular e suplente da Associação de Desenvolvimento e Ação Social de Itaquitinga – ADASE; Maria de Lourdes de Andrade Viana Vinokur, titular do Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor – CEDAPP; Romero Silva, titular do Gabinete de Assessoria Jurídicas das Organizações Populares – GAJOP; Registra-se também a presença da equipe técnica do CEDCA/PE: a diretora executiva Rosa Barros, Ana Leão, José Clemente da S. Neto, Kalline Gabrielle da Silva, Márcia Santos, Irani do Carmo, João Vianey, Sheila Ferreira, Gicélia Domingos de Carvalho Souza, Jacqueline Bezerra, Evanilson Alves de Sá. Iniciando os trabalhos, após verificar o *quórum*, o Presidente do Conselho, Eduardo Gomes de Figueiredo, procedeu a leitura da pauta, e em seguida submeteu ao regime de aprovação a Ata da 341ª trecentésima quadragésima primeira Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA – PE, que, após a leitura, foi aprovada sem ressalva, por unanimidade dos conselheiros presentes. Em seguida, passou-se a discussão da logística do seminário – Justiça e Práticas Restaurativas – Reconstruindo a Rede de Atores na Infância e Juventude, a ser realizado nos dias 15 e 16 de agosto do corrente ano, no auditório das Faculdades Integradas de Pernambuco – FACIPE. Conforme deliberado na assembleia anterior, passou-se a definição dos conselheiros que farão a coordenação das mesas no Seminário de Justiça Restaurativa. Ficando assim definido: conselheiros (as) Eduardo Figueiredo, Primeira Mesa; Tarciana Castelo Branco, Segunda Mesa; Rinaldo Carvalho, Terceira Mesa; Arnaldo Sampaio, Quarta Mesa; Romero Silva, Quinta Mesa. Prosseguindo, passou-se a discussão sobre a possibilidade das futuras Assembleias começarem às 13h, em primeira convocação e, em segunda convocação, às 13h 30 min., sugestão acatada por todos os presentes. Prosseguindo foi comunicado a necessidade de recomposição da comissão anteriormente instituída para revisão dos Marcos Normativos do Conselho, dado o afastamento de alguns conselheiros, sendo o assunto remetido à próxima assembleia. Prosseguindo, foi acatada a sugestão do Departamento Sociopedagógico e do Comissão Intersetorial para elaboração do Plano Estadual Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Pernambuco – PEDDHCA/PE, sugerindo a realização do Seminário Estadual para aprovação do documento nos dias 31 de agosto e 1 de setembro, na Universidade Federal Rural de Pernambuco. Também se deliberou pela realização de uma reunião conjunta, às 10h, do dia 31/08/2017, com conselheiros, comissão intersectorial e equipe técnica do conselho, para definir

49 diretrizes operacionais para condução dos trabalhos nos grupos temáticos. Com relação a
 50 aprovação do PEDDHCA/PE foi deliberado pela realização de uma Assembleia Extraordinária,
 51 no dia 13 de setembro de 2017, para deliberar sobre a aprovação do referido Plano. O presidente
 52 da Comissão Intersectorial, Ricardo Oliveira, sugere e é deliberado a realização de uma reunião,
 53 no dia 28 de agosto, das 10h às 17h, para análise da minuta do documento. Restando ainda
 54 deliberado que na análise será verificada a possibilidade de integração das deliberações da
 55 Conferência Estadual. Prosseguindo, ficou decidido a composição da comissão que irá
 56 acompanhar a realização do seminário para elaboração do PEDDHCA/PE e verificar a
 57 funcionalidade dos mecanismos do Sistema de Garantia de Direitos instalados no Arquipélago
 58 de Fernando de Noronha. Com relação a avaliação do Plano Estadual Decenal de Medidas
 59 Socioeducativa – PEDAS/PE, devidamente justificada, deliberou-se pela realização da
 60 Assembleia Extraordinária no mês de outubro. Continuando, passou-se a apresentação das
 61 Câmaras Temáticas, iniciando pela de **Planejamento, Orçamento e Finanças**, sendo
 62 apresentado e aprovado o relatório financeiro do mês de julho e sendo deliberado a socialização
 63 do relatório para os conselheiros. **A Câmara Temática de Comunicação e Articulação** aprova
 64 a minuta de banner para expor o trabalho dos vencedores e do certificado de participação
 65 Concurso Arte Livre, sugerindo algumas modificações no certificado no sentido de conter em
 66 sua redação três direcionamentos: vencedor, avaliador e professor orientador; e que no banner
 67 seja ampliado o espaço para o texto ou desenho. Com relação aos serviços e serem contratados
 68 para o Arte Livre inserir na planilha de serviços, a contratação da iluminação e as letras
 69 iluminadas. Postas em regime de votação todas as recomendações foram aprovadas por
 70 unanimidade. **A Câmara Temática de Políticas Públicas** propôs as seguintes recomendações:
 71 caso de violação de direitos humanos de criança no Município de Tamandaré, a Câmara
 72 recomenda seguir orientação do Dr. Ademir Soares – chefe da UNIPRECA-DPCA, orientando o
 73 arquivamento da documentação pelo CEDCA; com relação a solicitação de estatutos, a câmara
 74 recomenda que a distribuição siga a planilha encaminhada ao sociopedagógico; A Câmara
 75 orienta a ampla divulgação da Portaria 001/2017 do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que
 76 disciplina a entrada e permanência de crianças e adolescentes, desacompanhados dos pais ou
 77 responsável legal, em bailes ou promoções dançantes, boates, bares e congêneres, a câmara
 78 orienta a sua ampla divulgação nos conselhos de direitos, nos conselhos tutelares, nas
 79 secretarias municipais e demais órgãos do sistema de Garantia de Direitos; Sugere também a
 80 socialização do ofício e do termo de prorrogação do Programa Acolher. Ainda nas discussões da
 81 Câmara o Conselheiro Romero Silva afirma que a resposta ao Ofício CEDCA/PE nº 171/2017,
 82 atesta que os 10 municípios de maiores índices de CVLI na adolescência representam 50,1% do
 83 total dos homicídios na adolescência de Pernambuco. De acordo com o documento enviado pela
 84 SDS, em resposta ao ofício 171/2017, faz-se necessário um diálogo com o objetivo de
 85 identificar as ações e políticas voltadas para o aprofundamento da compreensão das causas dos
 86 CVLI de adolescente e a prevenção dos homicídios. A Câmara orienta a plenária 1. Que seja
 87 encaminhado ofício aos 10 municípios com os maiores índices de CVLI, solicitando
 88 informações da existência de ações e políticas de enfrentamento aos homicídios na
 89 adolescência, encaminhando, em anexo, os dados da SDS, aos conselhos municipais, conselhos
 90 tutelares, gabinete do prefeito e Ministério Público Estadual; 2. Agendar reunião com a
 91 UNICEF e com a Câmara de Políticas Públicas do CEDCA, com o objetivo de tratar sobre o
 92 Programa de Redução da Violência Letal contra adolescentes e jovens - PRVL e propor parceria
 93 para disseminação do programa nos municípios pernambucanos; 3. Agendar com a AMUPE e
 94 propor agenda de compromisso ao municipal para enfrentar os altos índices de CVLI contra
 95 adolescentes. O conselho ainda acrescenta que o relatório destaca um conjunto de problemáticas
 96 que precarizam as condições de funcionamento dos conselhos tutelares em termos de estrutura e
 97 equipamentos, de forma bastante detalhada e que deve ter atenção a atenção dos conselheiros no
 98 sentido de demandar ações e posicionamento, considerando as atribuições da Câmara de

Fortalecimento dos Conselhos de Direitos e Tutelares. Em outra análise, a câmara identifica que o relatório não trata de outras situações de violação de direitos da criança e do adolescente. Diante do exposto, a Câmara recomenda ao CEDCA a aplicação da Resolução 178 do Conanda, a qual dispõe que os Conselhos Estaduais e Distritais dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverão constituir Comitê Gestor Estadual e Distrital, incumbido da implantação e implementação do monitoramento do SIPIA/Conselho Tutelar, acompanhando e avaliando seu funcionamento (art. 2º). Posto em regime de votação, as recomendações foram aprovadas. Em seguida, passou-se a exposição da **Câmara Temática de Medidas Protetivas e Socioeducativas**. Com relação Ofício GAB/PRES. Nº 593/2017 ARTICULAÇÃO FUNASE - a câmara sugere ao Pleno que o setor Sociopedagógico crie uma agenda de monitoramento *in loco* das articulações descritas no relatório Articulações Funase (2017.1; Que o Relatório do Encontro FUNASE e IASES, seja socializado com os conselheiros; Tratando-se do Ofício GAB/PRES. Nº 587/2017 - Grupo de Trabalho, a Câmara informa ao Pleno a instituição do Grupo de Trabalho sobre mecanismos de proteção para adolescentes internos ameaçados de morte, bem como sugere o monitoramento do cumprimento do prazo de 60 dias pelo Sociopedagógico, tendo em vista que se encerra na data do Pleno de outubro, para que a FUNASE apresente a minuta; com relação a representação do CEDCA no Núcleo Estadual de Gestão da Escola Nacional de Socioeducação, em substituição ao ex-conselheiro Evanilson Alves de Sá, encaminhar à próxima assembleia. As recomendações foram encaminhadas ao regime de votação e aprovadas por todos os presentes. Prosseguindo, a conselheira Tarciana Castelo Branco, esboça a gravidade dos problemas enfrentados pela Casa da Criança de Vitória de Santo Antão, destacado que são 92 crianças com atividades comprometidas, que tende a se agravar com ingerência do poder local. Diante do contexto exposto, propõe a formação de uma comissão conjunta CEDCA/CEAS para visitar o CONDCa-Vitória de Santo Antão e Conselho Tutelar. Ainda propôs que Conselho encaminhe ofício ao Ministério Público Estadual e ao Poder Judiciário informando a situação. As recomendações foram aprovadas por todos presentes e passaram a integrar a comissão, pelo CEDCA/PE a conselheira Tarciana Castelo Branco, o Conselheiro Rinaldo Carvalho e a Técnica do Sociopedagógico Marcia Santos e pelo CEAS, na condição de presidente, a conselheira Lourdes Vinokur que ficou de convidar outros representantes do conselho de assistência social. Finalizando, o Presidente agradeceu a presença e contribuição de todos e deu por encerrada a Assembleia.

Eduardo Figueiredo
Presidente do CDCA/PE